

Relatório Anual de Informações

A administração da BRF Previdência, em cumprimento às determinações legais e ao Estatuto da Entidade, apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) do ano de 2016, acompanhado do Balanço Patrimonial, Demonstrações da Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações do Ativo Líquido, Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas Atuariais dos Planos de Benefícios, Parecer dos Auditores Independentes, Pareceres Atuariais, Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrações Contábeis.

Governança

A BRF Previdência é uma entidade fechada de previdência complementar, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, administra planos de benefícios patrocinados pela BRF S.A., Sociedade Esportiva e Recreativa Sadia - Sersadia, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF, Sinos dos Alpes Alimentos Limitada e a própria BRF Previdência.

A Diretoria Executiva da BRF Previdência é composta por três diretores executivos, todos com certificação para gestão de fundos de pensão.

O Conselho Deliberativo é constituído por seis membros titulares e seis suplentes, dentre os quais dois titulares e dois suplentes são eleitos pelos participantes e os demais indicados pelas patrocinadoras. O Conselho Deliberativo é o principal órgão de decisões estratégicas, políticas e diretrizes da Entidade.

O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e três suplentes, dentre os quais um titular e um suplente são eleitos pelos participantes e os demais indicados pelas patrocinadoras. É o órgão de controle da Entidade, responsável pela fiscalização dos atos de gestão, emissão de parecer às demonstrações contábeis e encarregado pela emissão do relatório de controles internos e de aderência às normas em vigor e às políticas de investimentos.

A BRF Previdência tem um Comitê de Investimentos que se reúne trimestralmente para avaliar e acompanhar o desempenho dos investimentos, propor estratégias de ação e avaliar medidas, quando necessárias. Durante o ano de 2016 a frequência das reuniões do Comitê de Investimento foi mensal, por determinação do Conselho Deliberativo, tendo como fundamento o monitoramento permanente do cenário macroeconômico diante da crise que o país atravessa. Para o ano de 2017 o Conselho estabeleceu a frequência das reuniões a cada dois meses.

Missão, Visão, Valores

A gestão da BRF Previdência adota os princípios estabelecidos nas suas declarações de Missão, Visão e Valores, nas relações internas e externas do fundo de pensão com seus participantes, patrocinadoras, funcionários e partes relacionadas, assim definidas:

Missão:

Administrar, com excelência, planos de previdência para assegurar benefícios e qualidade de vida aos participantes.

Visão:

Ser reconhecida por participantes, patrocinadores e sociedade pela competência, transparência e ética na gestão de seus planos.

Valores:

- **Transparência:** *Estabelecemos relações abertas com as partes interessadas e disponibilizamos informações confiáveis.*
- **Ética:** *Conduzimos nossa gestão e relacionamentos pautados em princípios e valores éticos.*
- **Comprometimento:** *Somos comprometidos com a excelência das ações, com os resultados e com a satisfação dos participantes e patrocinadores.*
- **Respeito:** *Tratamos as pessoas com respeito, prezamos pela cordialidade e harmonia, e valorizamos as relações interpessoais.*
- **Excelência:** *Desenvolvemos e valorizamos a melhoria contínua dos processos para atingir os objetivos com competência e qualidade.*
- **Cidadania:** *Respeitamos a diversidade humana. Valorizamos as pessoas, a sustentabilidade e a responsabilidade social.*

1. Cenário Externo

A expectativa de início da reversão da crise financeira, iniciada em 2008, sofreu revés com a vitória do Brexit (plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia), possibilidade que poucos acreditavam e sequer quantificavam o seu impacto na economia europeia e global.

As primeiras avaliações eram de que haveria impactos significantes, iniciando pela Inglaterra e seus vizinhos do continente europeu, com repercussão na economia global. Contudo, as previsões iniciais diminuíram à medida que ficaram mais claros os passos e o tempo necessários para a concretização da decisão tomada pelos britânicos.

O Brexit não impactou a economia como era a expectativa predominante. Contudo, fortaleceu os movimentos que centram suas ações em defesa do nacionalismo exacerbado, do protecionismo e do xenofobismo na Europa e nos Estados Unidos. Movimentos que discutem abertamente o fechamento de fronteiras contra a onda de imigrantes que fogem de guerras e perseguições políticas e religiosas no Oriente Médio e na África.

Nos Estados Unidos o então candidato, Donald Trump, centrou o discurso de campanha no ataque a muçulmanos, latinos e minorias. Defendeu um programa econômico que prega o protecionismo e uma visão isolacionista para a maior potência do globo. O que muitos diziam ser apenas retórica eleitoral começou a se tornar real nos primeiros dias de gestão do novo presidente americano.

A saída do Reino Unido da União Europeia, o nacionalismo em muitos países europeus e o protecionismo anunciado pelo presidente americano fizeram aumentar as incertezas na economia diante da possibilidade de alterações de acordos econômicos globais, de construção de novas alianças econômicas e comerciais pela Grã-Bretanha e de adoção de políticas protecionistas nos EUA, sendo apontados como fatores potenciais que podem inibir o crescimento global.

Na Zona do Euro, o BCE (Banco Central Europeu) manteve o afrouxamento monetário com o objetivo de reanimar a economia e fazer a inflação na região volte a casa dos 2% a.a. política que não tem sido suficiente para fazer a região reaquecer a economia.

Um dos fatores que preocupa na região é o nível de endividamento de economias como Itália, Grécia, Portugal e Espanha com a relação dívida/PIB maior que 100%, desde o início da crise e sem perspectivas de melhora. Isto, mais os níveis de desemprego que continuam muito alto na região, fizeram com que a economia da Zona do Euro crescesse em 2016 à taxa de 1,6%, aquém do esperado no início do ano, quando se estimava crescimento de 1,8%.

Mesmo o ano de 2016 não tendo sido marcado pela retomada do crescimento a níveis desejados, o último período do ano foi mais animador, possibilitando a muitos economistas avaliarem como sinalização do movimento a melhora dos indicadores nas economias da Inglaterra e da Zona do Euro, o que poderá levar as autoridades monetárias a manterem os incentivos atuais da política de afrouxamento monetário como mecanismo de aposta para reanimação da economia na Região do Euro.

Nos Estados Unidos mesmo passando por um período de pleno emprego, com taxa de 5% de pessoas fora do mercado de trabalho, o tema foi central nas eleições presidenciais de 2016, com discussão girando sobre a qualidade dos empregos, sobre as regiões que se tornaram cemitérios industriais, como Detroit e de como gerar novas vagas. Sendo a crítica maior ao nível de crescimento da economia americana que tem crescido nos últimos anos na média superior a 2% ao ano, tendo fechado 2016 em 1,6%.

No campo econômico, a expectativa para economia americana durante o Governo Trump é de redução de impostos, investimentos em infraestrutura e possibilidade de revisão de acordos comerciais, medidas que o novo governo anuncia como necessárias para gerar crescimento rápido. Caminho que muitos afirmam poder gerar o efeito colateral de aumento do nível de inflação, situação que tem sido motivo de debates entre economistas acerca de seus benefícios, efeitos e consequências.

A China, segunda maior economia do globo, manteve a política de rebalancear sua atividade econômica dando continuidade à decisão estratégica de fortalecer a economia com investimentos nas indústrias com foco para o consumo interno e serviços em detrimento dos investimentos para indústria pesada voltada para exportação, numa estratégia, ao que parece, de ajustar de forma organizada o seu nível de crescimento a novo patamar de equilíbrio, movimento iniciado há quase dez anos quando aquela economia crescia a taxa de 10% ao ano para os atuais 6,7% em 2016.

Outros fatores de preocupação que podem afetar o nível de crescimento do PIB chinês são as medidas protecionistas contra os seus produtos, sob o argumento de incentivo à indústria local anunciada pelo atual governo americano e de candidatos conservadores em países da Europa que ameaçam com taxação, do mesmo modo que o atual presidente americano que durante a campanha eleitoral prometeu taxar as importações da China em 45%.

O ajuste do crescimento da economia chinesa e a possibilidade de políticas protecionistas em países centrais poderão afetar de forma direta países exportadores de commodities como o Brasil, já que a China representa 23% de nossa exportação.

No cenário global há, portanto, ainda incerteza sobre o momento em que se iniciará um novo período de crescimento sustentável da economia e também se a crise financeira

iniciada em 2008 já teria chegado ao seu final, diante de sinais de melhoras nas maiores economias da Europa e da possibilidade de incentivos para maior crescimento da economia americana. Expectativas que podem, se confirmadas, gerar crescimento de 6,5% para economia chinesa, de 7,0% para a hindu, 1,9% para inglesa e de 1,8% para a Zona do Euro, contribuindo para o crescimento esperado de 3,3% em 2017 na economia mundial.

2. Cenário interno

No Brasil, o ano de 2016 ficou marcado na história do nosso país. Ele será objeto de estudos nos campos político, econômico ou social, por muitos anos. Também é certo que convivemos com posições antagônicas sobre as causas que levaram o país a uma crise política sem precedentes, recessão profunda e altas taxas de desemprego.

A perspectiva de que o ano seria de dificuldades se confirmaram. A recessão se aprofundou, decorrente da crise política, tendo como pano de fundo a operação “Lava-Jato”. Todo o primeiro semestre foi tomado pela incerteza de qual seria o seu desfecho, com reflexo direto na atividade econômica. Ao final do ano, o país havia passado pela cassação da Presidente da República e do Presidente da Câmara. O então Presidente do Senado, respondendo a processo judicial.

O governo pós impeachment centrou as ações no corte de gastos públicos e no reconhecimento do déficit orçamentário. Para controlar os gastos da máquina pública aprovou emenda à constituição que impede aumento de despesas por vinte anos. Apresentou ao congresso mais duas propostas que considera fundamentais para equilibrar o orçamento do país, uma que trata da Reforma da Previdência e outra propondo alterações nas relações de trabalho.

A expectativa de atores importantes e formadores de opinião vinculados a setores econômicos importantes era de que com a aprovação das primeiras medidas se iniciasse novo ciclo de retomada da economia, o que de fato não aconteceu. A taxa básica de juros básica continuou alta. E, somente no final do ano foi dado início ao ciclo de cortes de juros, quando já era anunciada uma taxa de desemprego de 11,5% e aprofundamento da recessão e expectativa de PIB negativo próximo a 4% no ano.

O período também trouxe a público a crise dos Estados, com o anúncio do estado falimentar do Rio de Janeiro, sendo o primeiro a anunciar calamidade econômica, seguido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul, obrigando aos governadores desses entes federativos a atrasar, parcelar ou propor redução de salários dos servidores públicos. A situação tomou vulto e obrigou o Governo Federal a apresentar propostas capazes de dar novo fôlego aos Estados endividados. As propostas para resolver a crise dos Estados se assemelham às adotadas pelo governo federal para ajustar o próprio orçamento, mirando a redução de gastos da máquina dos Estados, venda de ativos e ajuste na previdência dos servidores.

Com o início do ciclo de queda dos juros, o ano fechou com taxa de 13,75%, inflação de 6,57% e desemprego de mais de 12 milhões de pessoas. Nesse cenário, 2017 iniciou com a pressão para que o Banco Central (Bacen) acelere ainda mais a queda da taxa de juros, tendo em vista as perspectivas que apontavam em janeiro para inflação em torno do centro da meta definida pelo Bacen de 4,5% para o ano em curso, e também do resultado efetivo de PIB, negativo 3,6% em 2016, revelador da depressão econômica enfrentada pelo país.

A expectativa para o país ainda é de incerteza sobre o desempenho da economia. Os mais otimistas apontam um crescimento potencial entre 0,5% e 0,9%, enquanto outros ainda são céticos ao falar em fim do ciclo recessivo iniciado em 2014. O centro do debate, no entanto, se situa na necessidade de se aprovar reformas consideradas essenciais pelo governo e agentes econômicos para reequilibrar as contas públicas e possibilitar o ciclo de crescimento.

Mesmo com a economia dando alguns sinais de melhora, as dúvidas sobre a retomada do consumo persistem, tendo em vista as limitações de gastos do governo para atender as condições impostas pela PEC dos gastos; a redução dos gastos das famílias que se deparam com redução do poder de compra; o nível de desemprego, que deverá persistir pelo menos até o início do segundo semestre. Soma-se a esse cenário o endividamento das famílias e a limitação ao crédito, vetores que contribuem para retardamento da retomada do ciclo de crescimento.

Há consenso, porém, de que podemos estar no início de normalização da curva, onde os indicadores começaram a estabilizar, para depois iniciar suas melhoras, projeções que são ancoradas na expectativa de aprovação das medidas propostas pelo governo de reformas da Previdência e Trabalhista. Nesse cenário se prevê início do crescimento a partir do terceiro trimestre, com a perspectiva de terminar o ano entre 0,5% e 0,9% e expectativa de crescimento entre 2% e 2,4% para o ano de 2018.

3. Rentabilidade dos Planos de Benefícios

O resultado dos investimentos do ano de 2016 foi bastante positivo. Mesmo tendo sido um ano de baixo crescimento econômico, o cenário do início do ano que sinalizava continuidade de inflação elevada, se alterou no decorrer do período, a partir dos indicadores mostrando que a inflação começava a ceder, dada a mudança do ambiente político que sinalizava maior controle de gastos e medidas para diminuir o déficit das contas públicas.

O ano foi de melhora significativa no desempenho da bolsa de valores, que recuperou parte das perdas acumuladas desde 2013, com Índice Bovespa crescendo quase 39% no período com resultados positivos nas carteiras de renda variável.

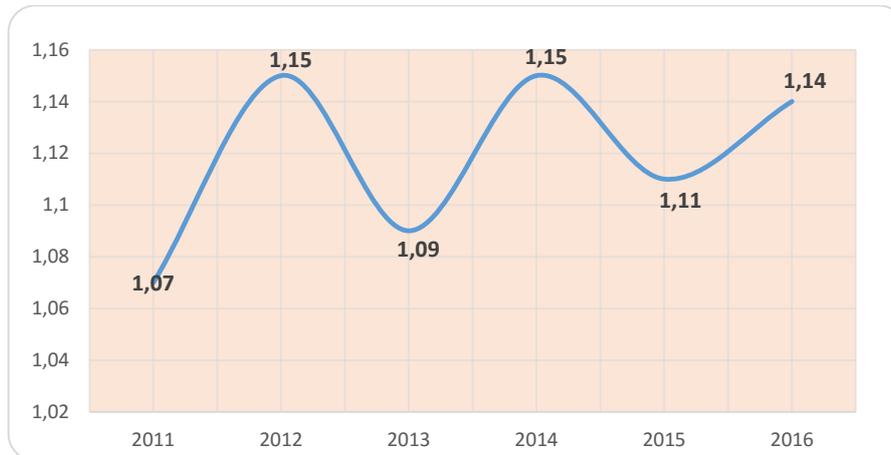
A perspectiva de melhoria nas contas do governo e o início de novo ciclo de queda da taxa básica de juros pelo Copom (Comitê de Política Monetária), também gerou resultados positivos para os títulos de renda fixa marcados a mercado, que incorporaram ganhos decorrentes da redução de curva de juros de longo prazo no período, contribuindo de modo significativo para o resultado de nossas carteiras.

Do mesmo modo o segmento de Investimentos estruturados obteve resultados expressivos bem acima das metas estipuladas e dos comparativos de mercado.

Também contribuiu para o resultado do Plano FAF a reavaliação dos principais imóveis da carteira composta pelos imóveis do centro de distribuição de Jundiaí, EENU, Edifício Grande São Paulo e Edifício Eloy Chaves, gerando resultado superior a 9% no valor de mercado e perfazendo a rentabilidade consolidada no ano de 20,6% no segmento.

O Plano FAF findou o ano de 2016 com rentabilidade acumulada de 14,8%, com resultado superior em três pontos da meta atuarial que ficou em 11,9%, INPC + 5% a.a.. Resultado expressivo quando comparado com outros planos da mesma modalidade. Com o resultado do ano o Plano FAF manteve a tendência crescente de superávit atingindo R\$ 332,783 milhões,

equivalente a 13,6% das reservas matemáticas, o que representa mais solidez, como mostra o gráfico com o histórico de razão de solvência do período compreendido entre 2011 e 2016.



Nos Planos I, II e III a rentabilidade também foi expressiva. Em todos eles os resultados foram superiores aos índices de referências. No Plano I os ativos acumularam rentabilidade de 12,9%. No Plano II o resultado positivo foi de 13,00% no mesmo período e no Plano III a rentabilidade foi de 13,2%, os índices se situaram acima da meta de rentabilidade estabelecida para os três planos que fechou em 11,60%, correspondente ao IPCA mais 5% a.a..

4. Destaques em 2016

Mais 9 mil funcionários aderem ao Plano III

Outra vez a meta de aumentar a adesão ao Plano III atingiu o objetivo esperado. Funcionários da BRF Previdência e colaboradores da patrocinadora BRF S.A. e membros do Conselho Deliberativo se empenharam nas feiras de benefícios, reuniões e palestras na tarefa de mostrar os benefícios do plano e convencer mais 9.103 funcionários a aderirem ao plano.

O sucesso da campanha se deve ao planejamento e organização das atividades em todo o país, das pessoas nos RHs locais que lideraram as ações locais, com acompanhamento das metas e orientação permanente do Conselho Deliberativo a todos os envolvidos.

Com as novas adesões nossa entidade atingiu o patamar superior a 50% dos funcionários da companhia com plano de previdência. O quadro mostra a evolução do número de adesões, bem como o objetivo planejado para o ano de 2017.



Pesquisa mostra 87% dos participantes satisfeitos

O IBRC – Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente, empresa de reconhecimento internacional, realizou pesquisa para avaliar o nível de satisfação dos participantes. Foram ouvidos 1308 participantes de todo o país, que responderam questionário com 34 questões envolvendo temas como benefícios, serviços, atendimento, investimentos e a gestão da Entidade.

O resultado da pesquisa foi extremamente positivo, revelando o índice de 87% de satisfação geral com a Entidade, nível que nos coloca entre as melhores avaliações do sistema de previdência complementar.

Índice geral de satisfação por segmento		
Ativos	Autopatrocinados	Assistidos
92%	82%	87%
Comparativos de mercado - 10 melhores		
Melhor	Média	Pior
90%	80%	59%

Índice geral de satisfação	87%
Índice geral de satisfação ponderado	86%
Nível de informação/veículos de informação	79%
Serviços	85%
Atendimento	89%

Concluídas as alterações nos regulamentos dos Planos I, II e III

Foram concluídas as mudanças no Plano III alterando a regra de contribuição básica, dos percentuais de resgate dos saldos e o cálculo de benefícios. Pela nova regra, os benefícios serão calculados considerando uma taxa de crescimento real das reservas acumuladas até a data do início do benefício do participante no momento que requer o benefício (antes era considerado 0%), a taxa foi estabelecida em 3% para os anos de 2016 e 2017. As alterações melhoram a perspectiva de benefício e saldo acumulado dos participantes, tornando o plano ainda mais atrativo.

Junto com as alterações do Plano III foi aberto novo período de migração dos Planos I e II para o Plano III. A conclusão do processo migratório aconteceu em novembro de 2016, com mais de 1500 participantes migrando dos Planos I e II para o Plano III. Cada participante teve a oportunidade de avaliar a situação pessoal para verificar e tomar a decisão. A Entidade disponibilizou os analistas da área de benefícios para esclarecer dúvidas e orientar a todos que procuraram a entidade para sanar dúvidas, bem como divulgou nos seus meios de comunicação todas as informações necessárias durante o período em que estava aberta a possibilidade de opção pela migração.

Lucas do Rio Verde recebe o primeiro escritório regional

A atenção ao participante tem sido uma preocupação permanente na gestão da BRF Previdência. Nossa estratégia envolve a maior amplitude possível de canais de comunicação, atendimento por central de atendimento, e-mail, disponibilidade das pessoas para atendimento presencial na nossa sede e contribuição decisiva dos RHs locais. Em 2016 nossa central telefônica atendeu em média 1800 participantes e respostas a 700 e-mails em média por mês.

Para ampliar as possibilidades de atendimento aos nossos participantes, o Conselho Deliberativo aprovou a proposta da Diretoria Executiva de criar 6 escritórios regionais da BRF Previdência. O primeiro já foi implantado na cidade de Lucas do Rio Verde com resultados positivos que encorajam a continuidade da instalação de novas unidades.

Em 2017 está prevista a instalação do escritório regional em Uberlândia/MG.

Mais facilidade para Empréstimo Simples

O ano marcou o início efetivo das operações de empréstimos simples para os participantes dos Planos I, II e III. Para facilitar o acesso dos participantes desses planos ao empréstimo a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração das regras para conceder, no mínimo, um salário nominal para as novas contratações de empréstimo, independente do limite de saldo resgatável, condicionado a existência de margem consignável.

Para todos os planos foram também redefinidas as taxas de juros, baixando ainda mais a taxa real que ficou em 6,68% em 2016. Além disso, continuaram suspensas as cobranças das taxas para constituição de fundo de quitação por morte e por inadimplência para os participantes do Plano FAF, tendo em vista haver saldo suficiente nos fundos atuais para suportar os riscos das operações em curso desse plano.

A dotação orçamentária para Empréstimo Simples é definida anualmente na Política de Investimentos, tendo como parâmetros a avaliação de riscos e de retornos para os planos de benefícios e ainda a regulamentação e as orientações da Previc e da Instrução CVM 3792/2009.

Indicadores de rentabilidade mês a mês no site

Informar os atos de gestão com celeridade e transparência faz parte das nossas declarações de valores quando assumimos “estabelecer relações abertas com as partes interessadas e disponibilizando informações confiáveis”. Nesse sentido, temos implementado melhorias contínuas nas nossas comunicações e informações sobre investimentos, benefícios, serviços, desempenho e as ações que realizamos no dia a dia da Entidade.

A mais nova ferramenta de avaliação disponibilizada ao participante é o acompanhamento mensal direto no site dos indicadores de desempenho, por plano e por segmento de ativos.

Informação na palma da mão

Os participantes iniciaram o ano de 2017 com uma novidade a mais. Agora, eles podem acessar as suas informações sobre o plano de previdência na hora que quiser, de onde estiver, com apenas um clique no celular e acessar o aplicativo da BRF Previdência, disponível nas plataformas IOS e Android, que possibilita acessibilidade de qualquer celular. Lá, o participante tem acesso às informações do plano, contribuições, saldos de contas, rentabilidade dos planos, limites para empréstimo, cadastro e recibo de crédito para os participantes assistidos.

Eficiência da central de atendimento atinge 87%

Este é outro dado, realizado a partir da estatística diária da central de atendimento, que confirma o resultado da pesquisa de satisfação. Nossa central foi reestruturada, adquirimos novos equipamentos, redimensionamos o quadro de pessoas da central de atendimento para evitar o tempo de espera em fila de atendimento virtual.

Os dados mostram o alto índice de sucesso nas tentativas de contatos dos participantes, com um índice que é muito superior à média de outras centrais, os quais são considerados como bons resultados quando atingem os níveis entre 70% e 75% de sucesso, enquanto que a nossa central teve média no ano passado de 87% de sucesso no atendimento das chamadas.

Programa de Educação Financeira e Previdenciária

O nosso Programa “A Escolha Certa”, voltado para a educação e formação de cultura financeira e previdenciária dos participantes continua sendo destaque. No ano passado realizamos palestras, concursos cultural, Quiz e seminários para orientar e desenvolver a cultura previdenciária e financeira entre os participantes.

O programa é reconhecido como caso de sucesso entre os fundos de pensão e é parte de uma parceria que envolve outras treze entidades de fundos de pensão do Estado de Santa Catarina.

5. Investimentos

Os investimentos consolidados da BRF Previdência no ano de 2016 distribuídos por segmentos de ativos, por percentual que cada um dos segmentos representa no total dos recursos garantidores e por distribuição dos recursos em cada um dos planos de benefícios administrados pela Entidade, totalizaram:

5.1 Total dos investimentos em 31.12.2016

BRF Previdência - Investimentos em 31/12/2016		
Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	2.463.973	76,5%
Renda Variável	352.715	11,0%
Investimentos Estruturados	152.531	4,7%
Investimentos no Exterior	3.759	0,1%
Imóveis	225.009	7,0%
Operações com Participantes	21.808	0,7%
Total	3.219.795	100,0%

5.1.1 Investimentos por plano de benefícios

Plano de Benefícios FAF

Plano FAF - Investimentos em 31/12/2016		
Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	2.118.435	75,6%
Renda Variável	294.703	10,5%
Investimentos Estruturados	140.348	5,0%
Investimentos no Exterior	3.642	0,1%
Imóveis	225.009	8,0%
Operações com Participantes	19.223	0,7%
Total	2.801.360	100,0%

Plano de Benefícios I

Plano I - Investimentos em 31/12/2016		
Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	30.157	89,2%
Renda Variável	3.086	9,1%
Investimentos Estruturados	513	1,5%
Investimentos no Exterior	6	0,0%
Operações com Participantes	47	0,1%
Total	33.809	100,0%

Plano de Benefícios II

Plano II - Investimentos em 31/12/2016		
Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	203.797	79,4%
Renda Variável	42.634	16,6%
Investimentos Estruturados	9.345	3,6%
Investimentos no Exterior	88	0,0%
Operações com Participantes	907	0,4%
Total	256.771	100,0%

Plano de Benefícios III

Plano III - Investimentos em 31/12/2016		
Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	99.038	85,9%
Renda Variável	12.292	10,7%
Investimentos Estruturados	2.325	2,0%
Investimentos no Exterior	23	0,0%
Operações com Participantes	1.631	1,4%
Total	115.309	100,0%

5.1.2 Plano de Gestão Administrativa – PGA

Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Investimentos em 31/12/2016		
Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	12.547	100,0%
Total	12.547	100,0%

5.2 Investimentos com gestão terceirizada

Os investimentos com gestão terceirizada, via fundos exclusivos, representam 22,6% dos recursos garantidores dos planos em 31/12/2016. A seguir são apresentados, por gestor, a distribuição de valores nominais em reais, os percentuais de cada gestor em relação ao total dos investimentos terceirizados em fundos exclusivos e os percentuais em relação ao total dos recursos garantidores dos planos.

BRF Previdência - Gestão Terceirizada (Fundos de Investimento Exclusivos)			
Gestor	Valor (R\$ Mil)	% Gestão Terceirizada	% Recursos Garantidores totais
BRAM - Bradesco Asset Management	170.268	23,4	5,3
Itaú Asset Management	151.173	20,8	4,7
BRZ Investimentos	92.510	12,7	2,9
M Square Investimentos	91.152	12,5	2,8
Western Asset Management	221.265	30,5	6,9
Total da Gestão Terceirizada	726.368	100,0	22,6
Total dos Investimentos	3.219.795		

5.3 Resultado da Política de Investimentos do Plano FAF

A rentabilidade do Plano FAF refletiu o bom desempenho dos ativos no ano. Os indicadores a seguir mostram resultados acima dos índices de referência e superação da meta atuarial, resultado que contribuiu para o aumento do superávit acumulado do plano registrado no final do período, consistente com o indicador atuarial de INPC +5% a.a. Os quadros a seguir mostram o desempenho por plano, rentabilidade bruta, rentabilidade líquida e comparação dos desempenhos dos planos com seus respectivos índices de referência.

Desempenho do Plano FAF versus índice de referência

PLANO FAF						
Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta Atuarial	Rent. Líquida vs Meta Atuarial	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	15,5%	15,3%	3,2%	3,0%	1,7%	1,5%
Renda Variável	8,8%	8,4%	-2,8%	-3,1%	-24,7%	-25,0%
Investimentos Estruturado	17,2%	17,0%	4,7%	4,6%	0,1%	0,0%
Imóveis	20,9%	20,7%	8,0%	7,9%	13,4%	13,2%
Operações com Participantes	21,1%	21,0%	8,2%	8,1%	8,2%	8,1%
Total	15,0%	14,8%	2,8%	2,6%	2,8%	2,6%

Informações sobre a Política de Investimentos em vigor

A Política de Investimentos para o período 2016 a 2020 define a estratégia de exposição, por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno a longo prazo para cumprimento das obrigações com os participantes, observado ainda o Estudo de ALM Plano.

Alocação e limites por segmento de ativos

Segmento	Alocação 31/12/2016	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	75,8%	100%	70,8%	57,0%	87,3%
Renda Variável	10,4%	70%	15,8%	12,7%	19,0%
Investimentos Estruturados	5,0%	20%	5,2%	0,0%	10,0%
Investimentos no Exterior	0,1%	10%	0,0%	0,0%	2,0%
Imóveis	8,0%	8%	7,6%	0,0%	8,0%
Operações com Participantes	0,7%	15%	0,6%	0,0%	4,0%

Meta atuarial, índices de referência e meta de rentabilidade por segmento

Plano FAF - Índices e Meta de Referência		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	73% (IPCA + 6,17% a.a.) + 25% IMA-B5 + 2% CDI	INPC + 6,60% a.a.
Renda Variável	Ibovespa + 4% ao ano	INPC + 8,68% a.a.
Investimentos Estruturados	120% CDI	INPC + 9,33% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI Global	INPC + 9,93% a.a.
Imóveis	INPC	INPC
Operações c/ Participantes	INPC + 5,0% ao ano	INPC + 7,12% a.a.
Plano - Meta Atuarial	INPC + 5,0% ao ano	INPC + 6,57% a.a.

5.4 Resultado da Política de Investimentos – Plano I

A rentabilidade do Plano I refletiu o bom desempenho dos ativos no ano. Os indicadores a seguir mostram resultados acima dos índices de referência, contribuindo para a manutenção de retorno acumulado acima da meta de longo prazo de IPCA + 5% a.a. O Plano I conta com uma carteira de títulos mantida ao vencimento – Carteira ALM composta por títulos públicos federais com ativos equivalentes aos compromissos com os participantes assistidos.

Desempenho do plano versus índice de referência

PLANO I						
Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta Atuarial	Rent. Líquida vs Meta Atuarial	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	13,8%	13,5%	2,0%	1,7%	0,4%	0,1%
Renda Variável	9,4%	9,0%	-1,9%	-2,3%	-24,3%	-24,5%
Investimentos Estruturados	24,0%	23,7%	11,1%	10,9%	5,9%	5,7%
Operações com Participantes	17,9%	17,7%	5,6%	5,4%	5,6%	5,4%
Total	13,3%	12,9%	1,5%	1,2%	1,5%	1,2%

Informações sobre a Política de Investimentos em vigor

A Política de Investimentos para o período 2016 a 2020 define a estratégia de exposição, por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno para gerar reservas necessárias para os benefícios projetados no Plano.

Alocação e limites por segmento

Segmento	Alocação Atual	Limite Legal	Alocação objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	89,2%	100%	84,6%	68,4%	91,2%
Renda Variável	9,1%	70%	11,0%	8,8%	13,2%
Investimentos Estruturados	1,5%	20%	3,2%	0,0%	10,0%
Investimentos no Exterior	0,0%	10%	0,0%	0,0%	2,0%
Imóveis	0,0%	8%	0,0%	0,0%	4,0%
Operações com Participantes	0,1%	15%	1,2%	0,0%	2,4%

Meta atuarial, índices de referência e meta de rentabilidade por segmento

Plano I - Índices e Meta de Referência		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	70% (IPCA + 6% a.a.) + 12% CDI + 18% IMA-B5	IPCA + 6,35% a.a.
Renda Variável	Ibovespa + 4% ao ano	IPCA + 8,78% a.a.
Investimentos Estruturados	120% CDI	IPCA + 9,43% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI Global	IPCA + 10,03% a.a.
Operações c/ Participantes	IPCA + 5,0% ao ano	IPCA + 7,12% a.a.
Plano - Meta Atuarial	IPCA + 5,0% ao ano	IPCA + 6,86% a.a.

5.5 Resultado da Política de Investimentos – Plano II

A rentabilidade do Plano II também refletiu o bom desempenho dos ativos no ano. Os indicadores a seguir mostram resultados acima dos índices de referência, contribuindo para a manutenção de retorno acumulado acima da meta de longo prazo de IPCA + 5% a.a.

Desempenho do plano versus índice de referência

PLANO II						
Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta Atuarial	Rent. Líquida vs Meta Atuarial	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	14,3%	14,0%	2,4%	2,2%	0,4%	0,1%
Renda Variável	8,5%	8,2%	-2,7%	-3,1%	-24,9%	-25,1%
Investimentos Estruturados	22,1%	22,0%	9,4%	9,3%	4,4%	4,2%
Operações com Participantes	18,1%	17,9%	5,8%	5,7%	5,8%	5,7%
Total	13,3%	13,0%	1,5%	1,3%	1,5%	1,3%

Informações sobre a Política de Investimentos em vigor

A Política de Investimentos para o período 2016 a 2020 define a estratégia de exposição, por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno para gerar reservas necessárias para os benefícios projetados no Plano.

Alocação e limites por segmento de ativos

Segmento	Alocação atual	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	79,4%	100%	72,8%	55,8%	84,5%
Renda Variável	16,6%	70%	19,3%	15,5%	23,2%
Investimentos Estruturados	3,6%	20%	5,4%	0,0%	10,0%
Investimentos no Exterior	0,0%	10%	0,0%	0,0%	2,0%
Imóveis	0,0%	8%	0,0%	0,0%	4,0%
Operações com Participantes	0,4%	15%	2,5%	0,0%	5,0%

Meta atuarial, índices de referência e meta de rentabilidade por segmento

Plano II - Índices e Meta de Referência		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	46% (IPCA + 6% a.a.) + 22% CDI + 32% IMA-B5	IPCA + 6,64% a.a.
Renda Variável	Ibovespa + 4% ao ano	IPCA + 8,78% a.a.
Investimentos Estruturados	120% CDI	IPCA + 9,43% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI Global	IPCA + 10,03% a.a.
Operações c/ Participantes	IPCA + 5,0% ao ano	IPCA + 7,12% a.a.
Plano - Meta Atuarial	IPCA + 5,0% ao ano	IPCA + 7,35% a.a.

5.6 Resultado da Política de Investimentos – Plano III

O Plano III refletiu também excelente desempenho em seus ativos. Os indicadores a seguir mostram resultados do Plano III acima dos índices de referência, contribuindo para manutenção de retorno acumulado do plano acima da meta de longo prazo de IPCA + 5% a.a.

Desempenho do plano versus índice de referência

PLANO III						
Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta Atuarial	Rent. Líquida vs Meta Atuarial	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	14,4%	14,1%	2,5%	2,2%	0,5%	0,2%
Renda Variável	9,4%	9,1%	-2,0%	-2,3%	-24,3%	-24,5%
Investimentos Estruturados	21,8%	21,7%	9,2%	9,0%	5,5%	5,3%
Operações com Participantes	17,9%	17,8%	5,7%	5,5%	5,7%	5,5%
Total	13,5%	13,2%	1,7%	1,4%	1,7%	1,4%

Informações sobre a política de investimentos em vigor

A Política de Investimentos para o período 2016 a 2020 define a estratégia de exposição, por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno para gerar reservas necessárias para os benefícios projetados no Plano, tendo como premissas a natureza do plano e a expectativa de prazo para início de concessão de benefícios.

Alocação e limites por segmento de ativos

Segmento	Alocação Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	85,9%	100%	73,9%	55,1%	87,5%
Renda Variável	10,7%	70%	18,2%	12,5%	23,9%
Investimentos Estruturados	2,0%	20%	5,4%	0,0%	10,0%
Investimentos no Exterior	0,0%	10%	0,0%	0,0%	2,0%
Imóveis	0,0%	8%	0,0%	0,0%	4,0%
Operações com Participantes	1,4%	15%	2,5%	0,0%	5,0%

Meta de referência do plano, Índices de referência e Meta de rentabilidade por segmento

Plano III - Índices e Meta de Referência		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	47% (IPCA + 6% a.a.) + 21% CDI + 32% IMA-B5	IPCA + 6,76% a.a.
Renda Variável	Ibovespa + 4% ao ano	IPCA + 8,78% a.a.
Investimentos Estruturados	120% CDI	IPCA + 9,43% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI Global	IPCA + 10,03% a.a.
Operações c/ Participantes	IPCA + 5,0% ao ano	IPCA + 7,12% a.a.
Plano - Meta	IPCA + 5,0% ao ano	IPCA + 7,41% a.a.

5.7 Políticas de apreçamento dos ativos e gestão riscos

A BRF Previdência adota políticas de gestão de riscos, de apreçamento de ativos, utilização de derivativos e política socioambiental comuns aos Planos I, II, III e ao Plano FAF, tendo por base os requisitos da legislação vigente, os limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo e políticas estabelecidas na governança da Entidade, conforme segue:

5.7.1 Utilização de Instrumentos Derivativos

É permitido o uso de derivativos nos Planos I, II e III e Plano FAF, desde que respeitados os limites, as restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3792/2009 e regulamentações posteriores.

5.7.2 Apreçamento de Ativos Financeiros

Os preços dos ativos são definidos pelo custodiante Itaú Unibanco via metodologias disponíveis em seu Manual de Precificação de Ativos no site da instituição (https://www.itaú.com.br/_arquivosstaticos/SecuritiesServices/defaultTheme/PDF/ManualPrecificacao.pdf). Os ativos admitidos à negociação são marcados a mercado considerando preços de negociações do dia, alinhados às referências dadas por instituições de mercado (BMF&BOVESPA, ANBIMA). Existem ativos (títulos públicos federais NTN-B) com intenção de serem mantidos até seus vencimentos, sendo seus preços indicados também pelo custodiante e obtidos por cálculos realizados considerando as taxas de juros dos títulos no momento da aquisição.

5.7.3 Gestão de Riscos

- **Risco de Mercado:** São indicados limites nas Políticas de Investimentos para indicadores de risco de mercado (*VaR*, *Benchmark-VaR*) e realizados testes de estresse, existindo monitoramento e controle dos investimentos e dos indicadores;
- **Risco de Crédito:** análise por ativo com metodologia de análise de riscos subsidiada por *ratings* atribuídos por agências de classificação de risco elegíveis (S&P, Moody's e Fitch); gestão terceirizada via fundos exclusivos e alocações em fundos abertos; existência de monitoramento e controle de evolução das emissões e emissores e exposição a títulos de crédito privado. As Políticas de Investimentos indicam alocação em ativos com baixo risco de crédito para os títulos privados, permitindo riscos abaixo dos limites apenas em casos de reclassificação de risco após a aquisição;
- **Risco de Liquidez:** existência de monitoramento do percentual de carteira disponível para negociação em um determinado horizonte de tempo, respeitando os investimentos adequados às obrigações de curto, médio e longo prazos por Plano. São indicados limites nas Políticas de Investimentos para índice de liquidez;
- **Risco Operacional:** são respeitadas alçadas estipuladas para negociação de ativos e sua operacionalização. As atribuições e responsabilidade dos envolvidos na gestão dos recursos estão formalizadas, existindo monitoramento dos processos de planejamento, execução e controle de investimento, com avaliações dos riscos de processos para melhoria dos controles, inclusive de auditoria e consultoria externa de controles internos;
- **Risco Legal:** monitoramento dos investimentos via relatórios de conformidade que verificam as características dos ativos e a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos;
- **Risco Sistêmico:** mitigação via diversificação de setores e emissores na alocação de recursos. Procura-se diversificar os investimentos em diversas classes de ativos. Há concentração em títulos públicos federais com adequado risco de crédito;
- **Observação dos Princípios Socioambientais** - São observados preferencialmente, sem adesão a protocolos e regras.

6. Despesas administrativas e com a gestão dos investimentos

6.1 Composição das despesas administrativas consolidada e por plano de benefícios – PGA

As despesas administrativas no ano de 2016 foram de R\$ 11.056.832,62, representando 0,34% dos ativos. As despesas fecharam o ano com redução nominal de 2,2% em relação ao ano anterior, economia relevante, quando se considera que a inflação de 2015 foi de 11,2%. O quadro evidencia as despesas, por grupo e por plano, realizadas no exercício:

Despesas BRF Previdência - 2016					
Despesas administrativas					
	Consolidado	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF
Pessoal e Encargos	5.992.875,37	65.921,67	525.575,10	141.432,00	5.259.946,60
Treinamentos/Congressos e Seminários	59.929,70	659,23	5.255,85	1.414,34	52.600,28
Viagens e Estadias	10.407,52	114,48	912,75	245,59	9.134,70
Serviços de Terceiros	3.209.678,10	71.972,63	296.549,82	233.009,06	2.608.146,59
Custódia	397.522,31	4.677,33	37.471,05	11.303,94	344.069,99
Taxas selic/cetip/cblc	211.747,82	24.883,07	32.031,96	24.862,00	129.970,79
Consultoria dos investimentos	119.877,90	1.214,16	9.680,12	2.604,95	106.378,67
Controladoria	25.218,50	5.043,70	5.043,70	5.043,70	10.087,40
Taxa de administração de carteira	5.964,22	5.964,22	0,00	0,00	0,00
Informática	876.911,75	9.645,98	76.905,21	20.695,06	769.665,50
Consultoria atuarial	251.538,56	2.584,83	20.541,36	0,00	228.412,37
Gestão e planejamento estratégico	228.647,87	2.515,09	20.052,33	5.396,08	200.684,37
Consultoria jurídica	84.528,83	3.817,63	2.217,80	0,00	78.493,40
Auditoria externa	59.564,76	655,20	5.223,83	1.405,75	52.279,98
Consultoria de recursos humanos	23.448,27	257,93	2.056,41	553,38	20.580,55
Despesas com divulgação	522.775,73	4.230,64	33.729,69	147.249,33	337.566,07
Guarda de documentos	59.752,81	293,39	2.336,88	647,21	56.475,33
Outros Serviços	342.178,77	6.189,46	49.259,48	13.247,66	273.482,17
Despesas Gerais	725.421,17	6.634,36	52.829,67	14.325,30	651.631,84
Tributos	889.817,65	9.719,10	74.390,26	38.662,34	767.045,95
Depreciações e Amortizações	157.894,32	4.901,54	32.648,83	8.966,49	111.377,46
Outras despesas	10.808,79	118,89	947,93	255,09	9.486,88
Total	11.056.832,62	160.041,90	989.110,21	438.310,21	9.469.370,30

6.2 Programa de remuneração variável

BRF Previdência tem um programa de remuneração variável denominado de Bonificação por Atingimento de Metas para recompensar a todos os seus colaboradores. O programa é composto por metas individuais, coletivas e da Entidade. O critério para pagamento é o de atingimento de índice mínimo de desempenho, a partir do qual é paga a bonificação em parcela única anual.

6.3 Despesas com a gestão dos investimentos por planos de benefícios

Plano de Benefícios FAF

PLANO FAF - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	R\$ 3.529
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.091
1.2. Custódia e Controladoria	R\$ 354
1.3. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 130
1.4. Consultoria de Investimentos	R\$ 106
1.5. Tributos	R\$ 214
1.6. Outras Despesas	R\$ 633
2. Administração Terceirizada	R\$ 3.627
2.1. Taxa de Administração	R\$ 2.823
2.2. Taxa de Performance	R\$ 338
2.3. Custódia e Controladoria	R\$ 73
2.4. Corretagens	R\$ 61
2.5. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 150
2.6. Taxa Anbid	R\$ 16
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	R\$ 128
2.8. Auditoria	R\$ 37
Total dos Custos (1 + 2)	R\$ 7.156

Valores em R\$ mil

Plano de Benefícios I

PLANO I - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	R\$ 81
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 26
1.2. Custódia e Controladoria	R\$ 10
1.3. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 25
1.4. Consultoria de Investimentos	R\$ 1
1.5. Tributos	R\$ 3
1.6. Outras Despesas	R\$ 15
2. Administração Terceirizada	R\$ 36
2.1. Taxa de Administração	R\$ 20
2.2. Taxa de Performance	R\$ 5
2.3. Custódia e Controladoria	R\$ 3
2.4. Corretagens	R\$ 3
2.5. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 3
2.6. Taxa Anbid	R\$ 0
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	R\$ 2
2.8. Auditoria	R\$ 0
Total dos Custos (1 + 2)	R\$ 117

Valores em R\$ Mil

Plano de Benefícios II

PLANO II - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	R\$ 386
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 209
1.2. Custódia e Controladoria	R\$ 43
1.3. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 32
1.4. Consultoria de Investimentos	R\$ 10
1.5. Tributos	R\$ 24
1.6. Outras Despesas	R\$ 68
2. Administração Terceirizada	R\$ 379
2.1. Taxa de Administração	R\$ 197
2.2. Taxa de Performance	R\$ 63
2.3. Custódia e Controladoria	R\$ 14
2.4. Corretagens	R\$ 44
2.5. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 33
2.6. Taxa Anbid	R\$ 4
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	R\$ 20
2.8. Auditoria	R\$ 6
Total dos Custos (1 + 2)	R\$ 765

Valores em R\$ Mil

Plano de Benefícios III

PLANO III - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	R\$ 126
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 56
1.2. Custódia e Controladoria	R\$ 16
1.3. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 25
1.4. Consultoria de Investimentos	R\$ 3
1.5. Tributos	R\$ 7
1.6. Outras Despesas	R\$ 19
2. Administração Terceirizada	R\$ 112
2.1. Taxa de Administração	R\$ 61
2.2. Taxa de Performance	R\$ 17
2.3. Custódia e Controladoria	R\$ 4
2.4. Corretagens	R\$ 12
2.5. Cetip/Selic/CBLC	R\$ 9
2.6. Taxa Anbid	R\$ 1
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	R\$ 6
2.8. Auditoria	R\$ 2
Total dos Custos (1 + 2)	R\$ 238

Valores em R\$ Mil

6.3 Despesas com fundos exclusivos e carteiras administradas

Despesas	BRF Prev Instit. FIRFCP	FIA Salubre	M Square Ações Brfprev FICFIA	Bradesco FIRFCP Brfprev	BR2 FIRFCP	BFPP Multim. FIC FI	HSBC FIC FIM Brfprev	Western Asset Inst. 50 Ações FIA	Carteira ALM
Taxa de Administração	627.470	232.145	1.092.432	332.368	513.651	204.888	46.454	46.748	4.631
Taxa de Performance	0	0	0	0	338.290	0	0	83.969	0
Custódia	25.729	5.981	11.789	16.618	11.609	14.379	3.007	3.273	2.159
Corretagens	0	61.486	0	0	0	0	0	58.393	0
Cetip/Selic/CBLC	44.522	23.796	20.577	27.816	30.831	16.525	7.650	22.746	0
Taxa Anbid	4.180	2.238	2.792	3.594	3.190	2.995	797	1.430	0
Taxa de Fiscal. CVM	41.398	17.249	12.506	27.599	27.599	13.799	2.156	12.937	0
Auditoria	14.700	0	5.675	9.227	6.810	4.446	0	4.321	0
Rateio por Plano									
Plano FAF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	12,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Plano I	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,9%	5,8%	5,6%	100,0%
Plano II	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	62,2%	74,3%	74,5%	0,0%
Plano I	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,9%	19,9%	19,8%	0,0%

7. Seguridade - Planos de Benefícios

A BRF Previdência administra quatro Planos de Benefícios nas seguintes modalidades:

- Plano de Benefícios I (fechado para adesões) - Contribuição Variável (CV);
- Plano de Benefícios II (fechado para adesões) - Contribuição Variável (CV);
- Plano de Benefícios III (aberto para adesões) – Contribuição Definida (CD);
- Plano de Benefícios FAF (fechado para adesões) - Benefício Definido (BD).

Quadro de Participantes

A BRF Previdência encerrou o ano de 2016 com 53.015 participantes.

Participantes- 2016	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	Total
Ativos	885	4767	30809	7184	43645
Autopatrocinados	20	382	463	1308	2173
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	646	240	156	28	1070
Assistidos	50	59	1	6017	6127
Total	1601	5448	31429	14537	53015

Valor dos Benefícios Pagos

A BRF Previdência realizou o pagamento de R\$ 110,17 milhões em benefícios aos seus aposentados e pensionistas em 2016 e R\$ 22,45 milhões relativos às opções dos participantes pelos institutos de Resgate de contribuições e Portabilidade, totalizando R\$ 132,62 milhões, conforme os quadros abaixo:

Benefícios pagos em Reais

Benefícios Concedidos 2016	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	Total
Aposentadoria Normal/Tempo Contribuição	494.055,10	1.982.826,10	0,00	89.378.700,95	91.855.582,15
Aposentadoria Especial	0,00	0,00	0,00	2.959.131,95	2.959.131,95
Apoentadoria por Idade	0,00	0,00	0,00	373.050,01	373.050,01
Aposentadoria Antecipada	364.755,32	1.237.731,85	42.912,81	0,00	1.645.399,98
Aposentadoria por Invalidez	17.435,98	0,00	0,00	3.090.670,46	3.108.106,44
Pagamentos Únicos (*)	121.146,86	117.041,78	1.604,45	0,00	239.793,09
Benefício Proporcional Diferido	41.267,71	348.878,20	0,00	34.221,44	424.367,35
Pensão por morte	159.825,69	15.286,21	0,00	9.394.665,68	9.569.777,58
Auxílio Doença	0,00	0,00	0,00		0,00
Total	1.198.486,66	3.701.764,14	44.517,26	105.230.440,49	110.175.208,55

(*) Benefícios de aposentadorias e pensão por morte, cujo valor do benefício mensal são inferiores a uma Unidade de Referência do Plano, sendo o total do Saldo de Conta Aplicável pago em uma única parcela.

Opção por Institutos, valores em Reais

Institutos- 2016	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	TOTAL
Resgates de Contribuições	626.059,94	11.536.459,94	4.833.699,10	1.294.904,69	18.291.123,67
Portabilidades	0,00	2.406.601,16	1.750.203,96	0,00	4.156.805,12
Total	626.059,94	13.943.061,10	6.583.903,06	1.294.904,69	22.447.928,79

Valor da contribuição para os Planos de Benefícios

O total dos recursos vertidos para os planos de benefícios administrados pela BRF Previdência, mediante contribuições dos participantes e das patrocinadoras, portabilidades de entrada e outras foi de R\$ 43,56 milhões, conforme demonstração a seguir:

Receitas Previdenciárias - 2016	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	Total
Participantes - Básica	163.597,35	4.928.900,70	11.705.116,16	176.718,50	16.974.332,71
Participantes - Suplementar	25.798,06	1.583.176,93	1.780.884,35	0,00	3.389.859,34
Patrocinadora - Normal	188.872,99	4.930.248,16	11.705.116,16	74.403,48	16.898.640,79
Patrocinadora - Específica/Especial	9.510,69	414.282,12	0,00	0,00	423.792,81
Autopatrocinaados	110.364,93	3.761.468,44	1.734.725,00	118.635,69	5.725.194,06
Portabilidades (entrada)	0,00	139.706,57	10.153,01	0,00	149.859,58
TOTAL	498.144,02	15.757.782,92	26.935.994,68	369.757,67	43.561.679,29

8. Estudo de adequação das hipóteses atuariais, econômicas e financeiras

A consultoria Willis Towers Watson, responsável pela elaboração dos pareceres atuariais, se posicionou sobre a aderência das hipóteses e métodos atuariais dos planos de benefícios, cujos principais pontos estão a seguir e seus inteiros teores disponíveis na área de autoatendimento na nossa página na internet:

8.1 Hipóteses e métodos atuariais

8.1.1 Plano de Benefícios FAF

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios FAF, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	0,65% a.a.	0,65% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0% a.a.	0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	97%	97%
– Benefícios do plano	97%	97%
– Benefícios do INSS	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	IAPC
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 Modificada, segregada por sexo	RRB-1944 Modificada, segregada por sexo
Tábua de Rotatividade	Experiência FAF Ajustada 2016	Experiência FAF 2010-2012
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
Idade de entrada no INSS	Menor entre 20 anos, se homem, e 25 anos, se mulher, e a idade na data de admissão	Menor entre 20 anos, se homem, e 25 anos, se mulher, e a idade na data de admissão
Composição familiar		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Composição informada	Composição informada
– Benefícios a conceder		
– Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
– Probabilidade de casados na aposentadoria	81%	95%

Probabilidade de opção pelos institutos na data de desligamento

– Salários até R\$ 2.500,00		
– BPD	6%	4,54%
– Resgate/Portabilidade	72%	95,46%
– Autopatrocínio	22%	-
– Salários entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00		
– BPD	4%	31,45%
– Resgate/Portabilidade	45%	68,55%
– Autopatrocínio	51%	-
– Salários acima de R\$ 5.000,00		
– BPD	1%	69,51%
– Resgate/Portabilidade	10%	30,49%
– Autopatrocínio	89%	-

8.1.2 Plano de Benefícios I

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios I, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Por ser o Plano de Benefícios I estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos.

Para a apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Benefícios do plano	97%	97%
Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	IAPC
Composição familiar		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Composição informada	Composição informada

8.1.3 Plano de Benefícios II

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios II, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Por ser o Plano de Benefícios II estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos.

Para a apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos na forma de renda vitalícia, foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Benefícios do plano	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	IAPC
Composição familiar		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Composição informada	Composição informada

8.1.4 Plano de Benefícios III

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Benefícios III estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

8.2 Aderência da Taxa de Juros

8.2.1 Plano de Benefícios FAF

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,66% a.a. para o plano de benefícios. Com um intervalo de confiança de 72% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 5,00% a.a. (taxa adotada na avaliação atuarial de 2015). Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,36% e limite superior: 6,63%).

8.2.2 Plano de Benefícios I

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,61% a.a. para o plano de benefícios. Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficou abaixo de 5,00% a.a. (taxa adotada na avaliação atuarial de 2015). Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,34% e limite superior: 6,60%).

8.2.2 Plano de Benefícios II

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,72% a.a. para o plano de benefícios. Com um intervalo de confiança de 75%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 5,00% a.a. (taxa adotada na avaliação atuarial de 2015). Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186 para esse plano (limite inferior: 4,34% e limite superior: 6,60%).

8.2.3 Plano de Benefícios III

O Plano III é de contribuição definida. Acumula o patrimônio dos participantes em regime de capitalização financeira. A taxa de juros utilizada para projeção dos benefícios é referencial e não tem natureza atuarial. Para este tipo de plano a legislação não prevê estudos para verificação de aderência da taxa de juros de referência.

8.3 Resultados superavitários ou deficitários dos planos de benefícios

8.3.1 Plano de Benefícios FAF

O Plano FAF encerrou o ano de 2015 com superávit acumulado no valor de R\$ 332,783 milhões, tendo havido variação positiva em relação ao ano de 2014, resultado decorrente da valorização de ativos. O superávit acumulado representa 13,6% das reservas matemáticas, que representa melhora no equilíbrio do plano em relação ao exercício anterior.

A Willis Towers Watson, consultoria contratada pela BRF Previdência, se posicionou em relação ao equilíbrio dos planos conforme segue:

- Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2016 do Plano de Benefícios FAF foi de 13,76 anos, o limite de 23,76% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, foi alocado na reserva de contingência a totalidade do superávit equivalente à R\$ 332.783.350,66, cujo valor é inferior ao limite de 23,76% das provisões matemáticas. Desta forma, não há reserva especial para revisão do plano em 31/12/2016.]

- Conclusão do Parecer Atuarial

O aumento do Superávit, no exercício de 2016, quando comparado com o Superávit apurado considerando o passivo atuarial de 31/12/2015 atualizado para 31/12/2016 pelo método de recorrência, ocorreu devido à redução das provisões matemáticas. Adicionalmente, verificou-se que as variações no patrimônio do plano neste período foram favoráveis.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios FAF da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

8.3.2 Plano de Benefícios I

O Plano I apresentou resultado superavitário de R\$ 2,350 milhões. A Willis Towers Watson apresentou o posicionamento que segue sobre o plano:

- Reserva de Contingência

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2016 do Plano de Benefícios I foi de 10,38 anos, o limite de 20,38% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, foi alocado na reserva de contingência a totalidade do superávit equivalente à R\$ 2.350.286,42, cujo valor é inferior ao limite de 20,38% das provisões matemáticas de benefício definido, não tendo reserva especial para revisão do plano em 31/12/2016.

- Conclusão do Parecer Atuarial

A redução do Superávit, no exercício de 2016, quando comparado com o Superávit apurado considerando o passivo atuarial de 31/12/2015 atualizado para 31/12/2016 pelo método de recorrência, ocorreu devido ao aumento das provisões matemáticas. Adicionalmente, verificou-se que as variações no patrimônio do plano neste período foram favoráveis.

A posição financeira apresentada neste parecer já reflete a migração de participantes do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios III.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios I da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

8.3.3 Plano de Benefícios II

O Plano II apresentou superávit técnico de R\$ 442,811 mil. A Willis Towers Watson, apresentou o posicionamento que segue sobre o plano:

- Reserva de Contingência

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2016 do Plano de Benefícios II foi de 10,55 anos, o limite de 20,55% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, foi alocado na reserva de contingência a totalidade do superávit equivalente à R\$ 442.811,25, cujo valor é inferior ao limite de 20,55% das provisões matemáticas de benefício definido, não tendo reserva especial para revisão do plano em 31/12/2016.

- Conclusão do Parecer Atuarial

O aumento do Superávit, no exercício de 2016, quando comparado com o Superávit apurado considerando o passivo atuarial de 31/12/2015 atualizado para 31/12/2016 pelo método de recorrência, ocorreu devido à redução das provisões matemáticas. Adicionalmente, verificou-se que as variações no patrimônio do plano neste período foram favoráveis.

A posição financeira apresentada neste parecer já reflete a migração de participantes do Plano de Benefícios II para o Plano de Benefícios III.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios II da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

8.3.4 Plano de Benefícios III

O Plano III é de contribuição definida. Acumula o patrimônio dos participantes em regime de capitalização financeira, não apresentando resultado superavitário ou deficitário. A rentabilidade positiva ou negativa é refletida diretamente na cota do plano, a qual mensura os valores acumulados de reservas de cada participante do plano.

A Willis Towers Watson apresentou o posicionamento que segue sobre o plano:

- Conclusão do parecer atuarial

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios III da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

A posição financeira apresentada neste parecer já reflete a migração de participantes do Plano de Benefícios I e II para o Plano de Benefícios III.

* A íntegra dos pareceres atuariais dos Planos de Benefícios I, II, III e FAF realizados pela consultoria Willis Towers Watson encontram-se disponibilizados na área de Autoatendimento no endereço eletrônico da BRF Previdência www.brfprevidencia.com.br.

9. Balanço Patrimonial

Os ativos administrados pela BRF Previdência totalizaram R\$ 3,249 bilhões, relativos aos Planos I, II e III, o Plano FAF e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme segue:

BRF Previdência		
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		
(Em milhares de Reais)		
ATIVO	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
DISPONÍVEL	238	358
REALIZÁVEL	3.248.727	2.996.905
Gestão Previdencial	3.289	2.377
Gestão Administrativa	1.483	1.134
Investimentos	3.243.955	2.993.394
Títulos Públicos	1.720.978	1.410.476
Créditos Privados e Depósitos	101.123	120.038
Ações	141.338	156.742
Fundos de Investimento	1.009.959	1.047.969
Investimentos Imobiliários	248.749	240.926
Empréstimos e Financiamentos	21.808	17.243
PERMANENTE	448	686
Imobilizado	139	256
Intangível	309	430
TOTAL DO ATIVO	3.249.413	2.997.949

BRF Previdência		
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		
(Em milhares de Reais)		
PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.16	31.12.15
EXIGÍVEL OPERACIONAL	28.670	86.234
Gestão Previdencial	3.296	3.469
Gestão Administrativa	1.603	1.672
Investimentos	23.771	81.093
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	39	98
Gestão Previdencial	39	98
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.220.704	2.911.617
Patrimônio de Cobertura do Plano	3.190.291	2.877.977
Provisões Matemáticas	2.854.715	2.624.629
Benefícios Concedidos	1.480.866	1.297.658
Benefícios a Conceder	1.373.910	1.327.213
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(61)	(242)
Equilíbrio técnico	335.576	253.348
Resultados realizados	335.576	253.348
Superávit Técnico Acumulado	335.576	253.348
Fundos	30.413	33.640
Fundos Previdenciais	14.095	19.885
Fundos Administrativos	13.058	10.842
Fundos de investimentos	3.260	2.913
TOTAL DO PASSIVO	3.249.413	2.997.949

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
(Em milhares de Reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	2.911.617	2.727.805	6,74
1. Adições	483.635	320.109	51,08
Contribuições previdenciais	58.821	27.441	114,35
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	411.131	280.178	46,74
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	59	-	100,00
Receitas administrativas	11.739	11.090	5,85
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão administrativa	1.538	1.222	25,86
Constituição de fundos de investimentos	347	178	94,94
2. Destinações	(174.548)	(136.297)	28,06
Benefícios	(163.491)	(124.942)	30,85
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-	(54)	(100,00)
Despesas administrativas	(11.057)	(11.301)	(2,16)
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	309.087	183.812	68,15
Provisões Matemáticas	230.086	252.252	(8,79)
Superavit Técnico do exercício	82.228	(66.674)	(223,33)
Fundos Previdenciais	(5.790)	(2.955)	95,94
Fundos Administrativos	2.216	1.011	119,19
Fundos dos Investimentos	347	178	94,94
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	3.220.704	2.911.617	10,62

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			
(Em milhares de Reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	10.842	9.831	10,28
1. Custeio da Gestão Administrativa	13.277	12.312	7,84
1.1. Receitas	13.277	12.312	7,84
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.972	7.348	8,49
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.324	3.324	-
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	403	373	8,04
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.538	1.222	25,86
Outras receitas	40	45	(11,11)
2. Despesas Administrativas	(11.057)	(11.301)	(2,16)
2.1. Administração Previdencial	(6.925)	(6.909)	0,23
Pessoal e encargos	(3.610)	(3.398)	6,24
Treinamentos/congressos e seminários	(42)	(22)	90,91
Viagens e estadias	(7)	(25)	(72,00)
Serviços de terceiros	(1.936)	(2.169)	(10,74)
Despesas gerais	(570)	(548)	4,01
Depreciações e amortizações	(118)	(126)	(6,35)
Tributos	(642)	(612)	4,90
Outras despesas	-	(9)	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	(4.121)	(4.387)	(6,06)
Pessoal e encargos	(2.383)	(2.691)	(11,45)
Treinamentos/congressos e seminários	(18)	(9)	100,00
Viagens e estadias	(3)	(11)	(72,73)
Serviços de terceiros	(1.274)	(1.264)	0,79
Despesas gerais	(156)	(148)	5,41
Depreciações e amortizações	(39)	(29)	34,48
Tributos	(248)	(231)	7,36
Outras Despesas	-	(4)	(100,00)
2.3. Outras despesas	(11)	(5)	120,00
3. Constituição/ Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(4)	-	100,00
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	2.216	1.011	119,19
7. Constituição/ Reversão do Fundo Administrativo (6)	2.216	1.011	119,19
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	13.058	10.842	20,44

Demonstrações do Ativo Líquido, Mutações do Ativo Líquido, das Provisões Técnicas e do Plano de Gestão Administrativa por plano de benefícios

Plano de Benefícios FAF

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
1. Ativos	2.837.836	2.635.702	7,67
Disponível	22	97	(77,32)
Recebível	12.294	10.707	14,82
Investimento	2.825.520	2.624.898	7,64
Títulos Públicos	1.509.453	1.278.753	18,04
Créditos Privados e Depósitos	101.123	116.756	(13,39)
Ações	113.101	124.320	(9,02)
Fundos de Investimento	833.871	847.245	(1,58)
Investimentos Imobiliários	248.749	240.926	3,25
Empréstimos e Financiamentos	19.223	16.898	13,76
2. Obrigações	25.941	83.229	(68,83)
Operacional	25.930	83.164	(68,82)
Contingencial	11	65	(83,08)
3. Fundos não previdenciais	15.470	13.313	16,20
Fundo Administrativo	12.234	10.403	17,60
Fundos dos Investimentos	3.236	2.910	11,20
5. Ativo líquido(1-2-3)	2.796.425	2.539.160	10,13
Provisões Matemáticas	2.459.296	2.286.408	7,56
Superavit Técnico	332.783	251.403	32,37
Fundos Previdenciais	4.346	1.349	222,16
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	332.783	251.403	
b) Ajuste de precificação	120.610	114.448	
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	453.393	365.851	

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	2.539.160	2.382.213	6,59
1. Adições	371.599	256.545	44,85
Contribuições	7.184	7.913	(9,21)
Resultado positivo líquido dos Investimentos – gestão previdencial	364.361	248.632	46,55
Reversão líquida de contingências – gestão previdencial	54	-	100,00
2. Destinações	(114.334)	(99.598)	14,80
Benefícios	(107.602)	(93.240)	15,40
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-	(45)	(100,00)
Custeio administrativo	(6.732)	(6.313)	6,64
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	257.265	156.947	63,92
Provisões Matemáticas	172.888	224.271	(22,91)
Fundos Previdenciais	2.997	278	978,06
Superavit Técnico do exercício	81.380	(67.602)	(220,38)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	2.796.425	2.539.160	10,13
C) Fundos não previdenciais	15.470	13.313	16,20
Fundo administrativo	12.234	10.403	17,60
Fundo dos investimentos	3.236	2.910	11,20

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	2.825.602	2.625.299	7,63
1. Provisões Matemáticas	2.459.296	2.286.408	7,56
1.1. Benefícios Concedidos	1.436.234	1.257.589	14,21
Contribuição Definida	431	400	7,75
Benefício Definido	1.435.803	1.257.189	14,21
1.2. Benefício a Conceder	1.023.062	1.028.819	(0,56)
Contribuição Definida	921	-	100,00
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	716	-	100,00
Saldo de contas - Parcela Participantes	205	-	100,00
Benefício Definido	1.022.141	1.028.819	(0,65)
2. Equilíbrio Técnico	332.783	251.403	32,37
2.1. Resultados Realizados	332.783	251.403	32,37
Superavit Técnico Acumulado	332.783	251.403	32,37
Reserva de Contingência	332.783	251.403	32,37
3. Fundos	7.582	4.259	78,02
3.1. Fundos Previdenciais	4.346	1.349	222,16
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.236	2.910	11,20
4. Exigível Operacional	25.930	83.164	(68,82)
4.1. Gestão Previdencial	2.164	2.074	4,34
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	23.766	81.090	(70,69)
5. Exigível Contingencial	11	65	(83,08)
5.1. Gestão Previdencial	11	65	(83,08)

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	10.403	9.467	9,89
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.305	10.594	6,71
1.1. Receitas	11.305	10.594	6,71
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.737	6.313	6,72
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.700	2.700	-
Taxa de Administração de Empréstimos	382	371	2,96
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.449	1.170	23,85
Outras Receitas	37	40	(7,50)
2. Despesas Administrativas	(9.470)	(9.658)	(1,95)
2.1. Administração Previdencial	(5.931)	(5.837)	1,61
2.1.1. Despesas Comuns	(4.869)	(4.853)	0,33
2.1.2. Despesas Específicas	(1.062)	(984)	7,93
Serviços de terceiros	(327)	(272)	20,22
Despesas Gerais	(132)	(120)	10,00
Depreciações e amortizações	(50)	(58)	(13,79)
Tributos	(553)	(534)	3,56
2.2. Administração dos Investimentos	(3.529)	(3.817)	(7,55)
2.2.1. Despesas Comuns	(2.883)	(3.099)	(6,97)
2.2.2. Despesas Específicas	(646)	(718)	(10,03)
Serviços de terceiros	(422)	(519)	(18,69)
Depreciações e amortizações	(10)	-	100,00
Tributos	(214)	(199)	7,54
2.3. Outras Despesas	(10)	(4)	150,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativa	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(4)	-	100,00
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	1.831	936	95,62
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.831	936	95,62
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	12.234	10.403	17,60

Plano de Benefícios I

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
1. Ativos	33.929	32.314	5,00
Disponível	2	17	(88,24)
Recebível	118	119	(0,84)
Investimento	33.809	32.178	5,07
Títulos Públicos	23.378	19.659	18,92
Ações	1.457	1.719	(15,24)
Fundos de Investimento	8.927	10.763	(17,06)
Empréstimos e Financiamentos	47	37	27,03
2. Obrigações	866	151	473,51
Operacional	838	118	610,17
Contingencial	28	33	(15,15)
3. Fundos não previdenciais	44	38	15,79
Fundo Administrativo	43	37	16,22
Fundos dos Investimentos	1	1	-
5. Ativo líquido(1-2-3)	33.019	32.125	2,78
Provisões Matemáticas	26.042	26.118	(0,29)
Superavit Técnico	2.350	1.895	24,01
Fundos Previdenciais	4.627	4.112	12,52
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	2.350	1.895	
b) Ajuste de precificação	879	724	
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	3.229	2.619	

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	32.125	30.002	7,08
1. Adições	4.484	4.025	11,40
Contribuições	401	350	14,57
Resultado positivo líquido dos Investimentos – gestão previdencial	4.078	3.675	10,97
Reversão líquida de contingências – gestão previdencial	5	-	100,00
2. Destinações	(3.590)	(1.902)	88,75
Benefícios	(3.489)	(1.794)	94,48
Custeio administrativo	(101)	(99)	2,02
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-	(9)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	894	2.123	(57,89)
Provisões matemáticas	(76)	669	(111,36)
Fundos previdenciais	515	509	1,18
Superavit técnico do exercício	455	945	(51,85)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	33.019	32.125	2,78
C) Fundos não previdenciais	44	38	15,79
Fundo administrativo	43	37	16,22
Fundo dos Investimentos	1	1	-

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	33.886	32.277	4,98
1. Provisões Matemáticas	26.042	26.118	(0,29)
1.1. Benefícios Concedidos	14.063	13.612	3,31
Contribuição Definida	-	32	(100,00)
Benefício Definido	14.063	13.580	3,56
1.2. Benefício a Conceder	12.004	12.545	(4,31)
Contribuição Definida	12.004	12.545	(4,31)
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	6.065	6.499	(6,68)
Saldo de contas - Parcela Participantes	5.939	6.046	(1,77)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(25)	(39)	(35,90)
(-) Serviço passado	(25)	(39)	(35,90)
(-) Patrocinador(es)	(25)	(39)	(35,90)
2. Equilíbrio Técnico	2.350	1.895	24,01
2.1. Resultados Realizados	2.350	1.895	24,01
Superavit Técnico Acumulado	2.350	1.895	24,01
Reserva de Contingência	2.350	1.895	24,01
3. Fundos	4.628	4.113	12,52
3.1. Fundos Previdenciais	4.627	4.112	12,52
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	-
4. Exigível Operacional	838	118	610,17
4.1. Gestão Previdencial	838	118	610,17
5. Exigível Contingencial	28	33	(15,15)
5.1. Gestão Previdencial	28	33	(15,15)

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	37	24	54,17
1. Custeio da Gestão Administrativa	168	163	3,07
1.1. Receitas	168	163	3,07
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	101	99	2,02
Custeio Administrativo dos Investimentos	60	60	-
Taxa de Administração de Empréstimos	1	-	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	6	4	50,00
2. Despesas Administrativas	(162)	(150)	8,00
2.1. Administração Previdencial	(79)	(78)	1,28
2.1.1. Despesas Comuns	(61)	(72)	(15,28)
2.1.2. Despesas Específicas	(18)	(6)	200,00
Serviços de terceiros	(9)	-	100,00
Depreciações e amortizações	(2)	-	100,00
Tributos	(7)	(6)	16,67
2.2. Administração dos Investimentos	(81)	(72)	12,50
2.2.1. Despesas Comuns	(36)	(41)	(12,20)
2.2.2. Despesas Específicas	(45)	(31)	45,16
Serviços de terceiros	(40)	(28)	42,86
Depreciações e amortizações	(2)	-	100,00
Tributos	(3)	(3)	-
2.3. Outras Despesas	(2)	-	100,00
3. Constituição/ Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	6	13	(53,85)
7. Constituição/ Reversão do Fundo Administrativo (6)	6	13	(53,85)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	43	37	16,22

Plano de Benefícios II

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
1. Ativos	258.118	256.809	0,51
Disponível	22	88	(75,00)
Recebível	1.325	1.473	(10,05)
Investimento	256.771	255.248	0,60
Títulos Públicos	138.097	84.584	63,27
Ações	20.412	24.773	(17,60)
Fundos de Investimento	97.355	145.781	(33,22)
Empréstimos e Financiamentos	907	110	724,55
2. Obrigações	2.954	994	197,18
Operacional	2.954	994	197,18
3. Fundos não previdenciais	380	317	19,87
Fundo Administrativo	369	316	16,77
Fundos dos Investimentos	11	1	1.000,00
5. Ativo líquido(1-2-3)	254.784	255.498	(0,28)
Provisões Matemáticas	252.679	251.912	0,30
Superavit Técnico	443	50	786,00
Fundos Previdenciais	1.662	3.536	(53,00)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	443	50	
b) Ajuste de precificação	77	52	
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	520	102	

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	255.498	243.081	5,11
1. Adições	45.617	37.488	21,68
Contribuições	12.796	15.339	(16,58)
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	32.821	22.149	48,18
2. Destinações	(46.331)	(25.071)	84,80
Benefícios	(45.768)	(24.511)	86,72
Custeio Administrativo	(563)	(560)	0,54
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(714)	12.417	(105,75)
Provisões matemáticas	767	11.557	(93,36)
Fundos previdenciais	(1.874)	877	(313,68)
Superavit técnico do exercício	393	(17)	(2.411,76)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	254.784	255.498	(0,28)
C) Fundos não previdenciais	380	317	19,87
Fundo administrativo	369	316	16,77
Fundo dos Investimentos	11	1	1.000,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
PROVISÕES TÉCNICAS	257.749	256.493	0,49
1. Provisões Matemáticas	252.679	251.912	0,30
1.1. Benefícios Concedidos	28.264	26.457	6,83
Contribuição Definida	25.916	24.762	4,66
Benefício Definido	2.348	1.695	38,53
1.2. Benefício a Conceder	224.451	225.658	(0,53)
Contribuição Definida	224.451	225.658	(0,53)
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	97.086	101.014	(3,89)
Saldo de contas - Parcela Participantes	127.365	124.644	2,18
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(36)	(203)	(82,27)
(-) Serviço passado	(36)	(203)	(82,27)
(-) Patrocinador(es)	(36)	(203)	(82,27)
2. Equilíbrio Técnico	443	50	786,00
2.1. Resultados Realizados	443	50	786,00
Superavit Técnico Acumulado	443	50	786,00
3. Fundos	1.673	3.537	(52,70)
3.1. Fundos Previdenciais	1.662	3.536	(53,00)
3.2. Fundos dos Investimentos	11	1	1.000,00
4. Exigível Operacional	2.954	994	197,18
4.1. Gestão Previdencial	2.953	994	197,08
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	100,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	316	284	11,27
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.081	1.060	1,98
1.1. Receitas	1.081	1.060	1,98
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	564	561	0,53
Custeio Administrativo dos Investimentos	456	456	-
Taxa de Administração de Empréstimos	10	1	900,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	50	38	31,58
Outras Receitas	1	4	(75,00)
2. Despesas Administrativas	(1.028)	(1.028)	-
2.1. Administração Previdencial	(602)	(633)	(4,90)
2.1.1. Despesas Comuns	(486)	(582)	(16,49)
2.1.2. Despesas Específicas	(116)	(51)	127,45
Serviços de terceiros	(45)	(1)	4.400,00
Despesas Gerais	(1)	-	100,00
Depreciações e amortizações	(20)	-	100,00
Tributos	(50)	(50)	-
2.2. Administração dos Investimentos	(386)	(394)	(2,03)
2.2.1. Despesas Comuns	(288)	(338)	(14,79)
2.2.2. Despesas Específicas	(98)	(56)	75,00
Serviços de terceiros	(66)	(33)	100,00
Depreciações e amortizações	(8)	-	100,00
Tributos	(24)	(23)	4,35
2.3. Outras Despesas	(40)	(1)	3.900,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	53	32	65,63
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	53	32	65,63
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	369	316	16,77

Plano de Benefícios III

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
1. Ativos	120.959	71.452	69,29
Disponível	8	129	(93,80)
Recebível	5.642	920	513,26
Investimentos	115.309	70.403	63,78
Títulos Públicos	42.791	22.667	88,78
Ações	6.368	5.930	7,39
Fundos de Investimento	64.519	41.608	55,06
Empréstimos e Financiamentos	1.631	198	723,74
2. Obrigações	377	286	31,82
Operacional	377	286	31,82
3. Fundos não previdenciais	424	87	387,36
Fundo Administrativo	412	86	379,07
Fundos dos Investimentos	12	1	1.100,00
5. Ativo líquido (1-2-3)	120.158	71.079	69,05
Provisões Matemáticas	116.698	60.191	93,88
Fundos Previdenciais	3.460	10.888	(68,22)

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.16	31.12.15	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	71.079	59.942	18,58
1. Adições	56.282	16.908	232,87
Contribuições	46.411	11.186	314,90
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	9.871	5.722	72,51
2. Destinações	(7.203)	(5.771)	24,81
Benefícios	(6.633)	(5.397)	22,90
Custeio administrativo	(570)	(374)	52,41
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	49.079	11.137	340,68
Provisões matemáticas	56.507	15.756	258,64
Fundos Previdenciais	(7.428)	(4.619)	60,81
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	120.158	71.079	69,05
C) Fundos não previdenciais	424	87	387,36
Fundo administrativo	412	86	379,07
Fundo dos Investimentos	12	1	1.100,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
PROVISÕES TÉCNICAS	120.547	71.366	68,91
1. Provisões Matemáticas	116.698	60.191	93,88
1.1. Benefícios Concedidos	2.304	-	100,00
Contribuição Definida	2.304	-	100,00
1.2. Benefício a Conceder	114.394	60.191	90,05
Contribuição Definida	114.394	60.191	90,05
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	43.496	18.755	131,92
Saldo de contas - Parcela Participantes	70.898	41.436	71,10
3. Fundos	3.472	10.889	(68,11)
3.1. Fundos Previdenciais	3.460	10.888	(68,22)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	12	1	1.100,00
4. Exigível Operacional	377	286	31,82
4.1. Gestão Previdencial	374	286	30,77
4.2. Investimentos	3	-	100,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.16	31.12.15	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	86	56	53,57
1. Custeio da Gestão Administrativa	764	495	54,34
1.1. Receitas	764	495	54,34
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	570	375	52,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	108	108	-
Taxa de Administração de Empréstimos	11	1	1.000,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	32	10	220,00
Outras Receitas	43	1	4.200,00
2. Despesas Administrativas	(438)	(465)	(5,81)
2.1. Administração Previdencial	(312)	(361)	(13,57)
2.1.1. Despesas Comuns	(131)	(142)	(7,75)
2.1.2. Despesas Específicas	(181)	(219)	(17,35)
Serviços de terceiros	(144)	(197)	(26,90)
Depreciações e amortizações	(5)	-	100,00
Tributos	(32)	(22)	45,45
2.2. Administração dos Investimentos	(126)	(104)	21,15
2.2.1. Despesas Comuns	(78)	(82)	(4,88)
2.2.2. Despesas Específicas	(48)	(22)	118,18
Serviços de terceiros	(39)	(16)	143,75
Depreciações e amortizações	(2)	-	100,00
Tributos	(7)	(6)	16,67
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4)	326	30	986,67
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	326	30	986,67
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	412	86	379,07

*As notas explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e estão disponíveis no nosso endereço eletrônico: www.brfprevidencia.com.br – investimentos - principais números - demonstrações contábeis.

Stella Regina Pucciariello - Contadora Responsável
CRC nº 1SP 127374/O-6 - CPF nº 018.371.818-61

10. Parecer dos Auditores Independente



Fernando Motta
& Associados

www.fmotta.com.br
RUA SANTA RITA DURÃO, 444 – 3º ANDAR – FONE: (0xx) 31 32213500
FAX: 32211177 – 30.140-110 – BELO HORIZONTE – MG
AV. ALMIRANTE BARROSO, 63/1317 – FONE: (0xx) 21 2262-1099
FAX: 2262-3430 – 20.031-000 – RIO DE JANEIRO – RJ

RJPAR 017/012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
BRF Previdência
São Paulo - SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRF Previdência, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, das demonstrações individuais do plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BRF Previdência e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Continua....

3 Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício de 2015, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e o nosso relatório sobre as mesmas, datado de 04 de março de 2016, não conteve modificação.

4 Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, dos Planos de Benefícios, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria, sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar a respeito de distorções de informações divulgadas nesse documento.

5. Responsabilidade da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos, pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a perenidade dos Planos e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e a governança desejem liquidar os Planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Os responsáveis pela Governança são aqueles, com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como, pela perenidade dos planos de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

6. Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade do Plano de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;

e Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem eventuais deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG - 757/O - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/O

11. Parecer do Conselho Fiscal

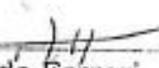
BRF
previdência

BRF PREVIDENCIA
CNPJ-MF 01.689.795/0001-50

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRF Previdência, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 58 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BRF Previdência referentes ao exercício findo em 31.12.2016, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Willis Towers Watson referente ao Plano de Benefícios I, II, III e FAF e Parecer dos Auditores Independentes Fernando Motta & Associados. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstrações contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2016, razão pela qual encaminha ao Conselho Deliberativo da BRF Previdência, com parecer favorável a sua aprovação.

São Paulo (SP), 22 de março de 2017


Ronaldo Ferrari
Presidente do Conselho


Neilor Nozari Pacheco
Conselheiro


Paulo Ricardo Magro
Conselheiro

12. Manifestação do Conselho Deliberativo

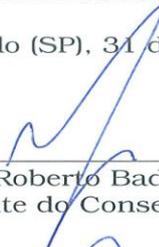


BRF PREVIDENCIA
CNPJ-MF 01.689.795/0001-50

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da BRF Previdência, no cumprimento de suas obrigações que lhe conferem os Incisos III e VII do artigo 38 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BRF Previdência, referentes ao exercício findo em 31.12.2016, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Willis Towers Watson referente os Planos de Benefícios I, II, III e FAF e Parecer dos Auditores Independentes Fernando Motta & Associados. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstra es contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posi o patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2016. Após análise dos documentos supracitados e respaldado pelo Parecer do Conselho Fiscal de 22.03.2017, o Conselho Deliberativo resolve, por unanimidade de votos, aprovar os documentos referentes ao exercício findo em 31.12.2016, os quais serão divulgados a todos os Participantes dos Planos administrados por esta Entidade.

São Paulo (SP), 31 de março de 2017



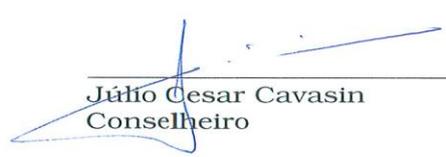
Marcos Roberto Badollato
Presidente do Conselho Deliberativo



Gilberto Antonio Orsato
Conselheiro



Mauricio Angelo Cherobin
Conselheiro



Júlio Cesar Cavasin
Conselheiro

Diretoria Executiva da BRF Previdência

São Paul 31 de março de 2017

Francisco Ferreira Alexandre

Diretor Superintendente

Rosane von Mecheln

Diretora administrativa e de Seguridade

Roberto Francisco Casagrande Herdeiro

Diretor de Investimentos